



Informativo de Normas Técnicas Boletim Quinzenal - Nº 16

Rio de Janeiro-30 Abril/2011

Secretaria de Estado de Fazenda

Contadoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro

AJUSTE A VALOR PRESENTE

A determinação da apuração do Ajuste a Valor Presente - AVP envolve **elementos do ativo e passivo de longo prazo**. Todos os elementos integrantes do ativo realizável e do passivo exigível devem ser ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os **juros embutidos pré-fixados**. Os demais ativos e passivos de **curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente** caso esse ajuste tenha efeito **relevante** nas demonstrações contábeis.

Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007:

Art. 183, VIII - os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Art. 184, III - as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Consulte : [CPC 12](#)

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBC T 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil.

Esta norma estabelece as bases para controle contábil sobre o planejamento das entidades do setor público, planejamento este expresso em planos hierarquicamente interligados. A NBC T 16.3 define Plano como o conjunto de documentos elaborados com a finalidade de materializar o planejamento por meio de programas e ações, compreendendo desde o nível estratégico até o nível operacional, bem como propiciar a avaliação e a instrumentalização do controle.

Na Administração Pública Brasileira os planos os hierarquicamente interligados se traduzem no Plano Plurianual – PPA (nível estratégico, definições de metas para períodos de quatro anos), Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (orientações para a elaboração dos orçamentos anuais), e Lei Orçamentária Anual – LOA (nível operacional, tradução em metas físicas e financeiras dos objetivos da Administração Pública para o período de um ano).

A norma traz como inovação a ampliação do controle contábil sobre os instrumentos de planejamento, onde além de evidenciar a execução orçamentária anual (LOA), pretende-se acompanhar a cumprimento das metas estratégicas contidas no PPA.

Acessar a [Resolução do CFC](#).

Consulte o [Manual Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público](#), da Secretaria do Tesouro Nacional—STN como fonte de informação de padronização contábil, cujo tema abordado acima destaca o controle do Planejamento e do Orçamento.

